

**A sub-representação política feminina na Câmara dos Deputados no Brasil:
analisando as emendas das deputadas ao Orçamento da União¹**

Natália de Paula Moreira

Trabalho preparado para apresentação no IV Seminário Discente da Pós-Graduação em
Ciência Política da USP, de 07 a 11 de abril de 2014.

¹ Este trabalho é fruto da pesquisa científica desenvolvida no âmbito da iniciação científica processo nº 03900-0/2012 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Resumo

A entrada da mulher no ambiente político é pautada por diversos desafios tal como a literatura política tem nos mostrado sobre os diversos fatores que levam a uma reduzida proporção de mulheres nos altos postos políticos. Dentre esses fatores, podemos ressaltar o tipo de sistema eleitoral, o mandato de posição na lista eleitoral, o compromisso de boa fé dos líderes partidários e a punição aos partidos que descumprem uma cota mínima de mulheres em suas listas. Após vencerem as barreiras eleitorais, como as mulheres comportam-se num ambiente em que elas são a minoria? O trabalho político desenvolvido pela mulher é qualitativamente diferente daquele desenvolvido por seu colega homem? Em outras palavras, a mulher traz à política um aporte diferenciado?

Estudos que analisam o comportamento das deputadas brasileiras quanto à produção legislativa e à presença em comissões revelam que há diferença significativa entre a atuação das deputadas e a dos deputados (Pinheiro, 2007; Neiva e Ogando, 2010). Segundo esses autores, as deputadas estariam fortemente associadas às questões sociais e os deputados, por sua vez, às questões que envolvem economia e poderes do Estado. No entanto, não há um consenso na literatura de que há uma clara associação entre gênero e preferências temáticas no trabalho legislativo.

Os principais achados deste estudo revelam que há diferença entre o trabalho das mulheres e dos homens na Câmara dos Deputados quanto à produção de emendas ao orçamento. Porém, tais diferenças não são tão fortes a ponto de podermos concluir que elas dedicam-se exclusivamente à área social – dita “feminina” – e eles à econômica.

Análise bibliográfica

A fim de compreender o comportamento das deputadas em se tratando da formulação de emendas ao Orçamento da União, as leituras realizadas seguiram em três frentes de estudo. Primeiramente, buscou-se compreender, de um modo geral, o comportamento dos deputados brasileiros e, para isso, recorreremos à literatura para verificar quais seriam as maiores influências exercidas sobre eles na produção legislativa e na formulação de emendas orçamentárias. Posteriormente ao estudo do

padrão de comportamento dos legisladores brasileiros, o foco delimitou-se a estudar, especificamente, o comportamento das deputadas federais brasileiras; para isso recorreremos a estudos que analisaram o trabalho das legisladoras – comparativamente ao dos legisladores – nos discursos na tribuna federal, na produção legislativa e na participação em comissões permanentes. Finalmente, partimos em direção ao estudo de trabalhos a nível internacional que avaliaram a atuação das deputadas dentro de um quadro mais amplo de análise que propõe entender até que ponto uma presença maior de mulheres nos altos cargos legislativos produz uma política qualitativamente diferente ao dos seus colegas homens.

Determinantes do comportamento legislativo na Câmara dos Deputados brasileira

Amorim Neto e Santos (2003) analisando os dados sobre a produção legislativa brasileira encontram que há influência partidária no que os deputados propõem, por outro lado, outros fatores influenciam mais determinadamente o que eles aprovam. Os autores analisam os projetos de lei apresentados pelos deputados e transformados em lei entre 1985 e 1999, e também os projetos de lei propostos em 1995. Amorim Neto e Santos (2003) encontram que enquanto os deputados da oposição enxergam na possibilidade de marcar posição perante seu eleitorado um incentivo para propor leis de impacto nacional, os parlamentares que apoiam o presidente encontram incentivos para delegar ao Executivo a elaboração de políticas de alcance nacionais e, assim, podendo se concentrar nas de impacto local. Os autores chamam atenção para o fato de que pertencer a um partido ou outro não aumenta a chance do parlamentar conseguir aprovar sua produção legislativa, a explicação para isso é dada por meio da constatação de que não há no país um partido ou grupo de partidos que possua um poder de cartel sobre a agenda legislativa. Nesse sentido, outros fatores explicariam a possibilidade de se ter um projeto de lei aprovado, tais como: políticos que já haviam exercido cargos de importância no Congresso e deputados com carreiras parlamentares mais longas.

Ainda pensando na importância dos fatores institucionais do Congresso brasileiro que direcionam, influenciam e estruturam o comportamento dos legisladores na produção legislativa brasileira, Ricci (2003) encontra que as regras legislativas negam ação individual ao parlamentar na produção legislativa. O autor analisa as limitações da tese do “voto pessoal” para explicar a produção legislativa brasileira, para isso, ele analisa a produção legislativa aprovada, a rejeitada e a vetada totalmente pelo

presidente da República, no período de 1991 a 2002. Se o sistema eleitoral e o sistema partidário brasileiro incentivam o “voto pessoal”, nesse sentido, era de se esperar que a prática legislativa fosse a ponte conectora do parlamentar com o eleitor; porém, Ricci (2003) encontra que essa prática é inviabilizada pela forma como o trabalho dentro do Legislativo brasileiro se dá: por meio de uma organização centralizada. Enquanto Amorim Neto e Santos (2003) sustentam que são os mecanismos institucionais que neutralizam uma possível produção legislativa mais localista do deputado, Ricci (2003) vai além e ressalta a importância da magnitude distrital média brasileira. Dado o fato de que no Brasil a magnitude distrital média é elevada, a ação legislativa dos deputados federais privilegia, por sua vez, uma orientação voltada para entregar benefícios difusos que consigam atingir uma grande parte do eleitorado; benefícios concentrados reduziriam as chances do parlamentar alcançar o eleitorado –provavelmente disperso – que o elegeu.

Corroborando a tese de que as regras legislativas delimitam a ação individual do parlamentar, Figueiredo e Limongi (2002) ao analisar o processo orçamentário chegam à conclusão de que a participação do Congresso na elaboração do orçamento é essencialmente regulada por um conjunto de normas constitucionais que limita o direito de emendar e, ao mesmo tempo, estabelece graus de liberdade ao Executivo na proposição e execução orçamentária. Ao analisar os dados do orçamento do período entre 1996 e 1999, os autores mostram a inaplicabilidade da tese do voto pessoal no contexto da produção das leis orçamentárias anuais brasileiras. As restrições constitucionais e legais privilegiam a participação dos parlamentares por meio de emendas coletivas, no mesmo sentido, a centralização do processo decisório no interior do Legislativo é fortemente coordenada pelos partidos políticos, sendo os líderes partidários figuras centrais nesse contexto. As emendas coletivas não só têm prioridade sobre as demais emendas porque destinam um volume maior de recursos financeiros, como também, a sua respectiva taxa de execução é superior à taxa de execução da emenda individual. Por fim, Figueiredo e Limongi (2002) ainda ponderam que há espaço para que as emendas individuais atendam a interesses localistas, no entanto, são poucos e limitados os recursos para essa finalidade. Dado que o Executivo possui o controle sobre o processo orçamentário, a lógica das emendas individuais seria, portanto, menos localista e mais associada às preferências e programas priorizados pelo governo (Figueiredo e Limongi, 2005).

Miguel e Feitosa (2009) também pensam no campo político como um espaço hierarquizado. Para esses autores, apesar dos deputados serem formalmente iguais, há diferenças entre o capital político que cada um carrega. Os deputados podem se diferenciar uns dos outros quanto ao prestígio e quanto à capacidade de influenciar a política. Ao observar que as deputadas têm um comportamento diferente ao dos deputados, os autores buscam investigar se as mulheres ao se dedicarem a nichos temáticos específicos trazem um aporte diferenciado à política ou se elas são constrangidas/direcionadas a se focarem nessas questões menos prestigiosas. Para isso eles levantaram uma amostra de quase 12 mil discursos proferidos no plenário da Câmara dos Deputados entre 1999 e 2006, equivalentes às Legislaturas 51^a e 52^a. Além dos discursos, a pesquisa considerou a participação em comissões permanentes da Câmara e também a inclusão na lista anual dos parlamentares mais influentes.

Os resultados da pesquisa apontam na direção de que há diferentes perfis de atuação para homens e mulheres. As deputadas têm sua atuação concentrada em temáticas sociais, tais como: direitos humanos, família, direitos reprodutivos, infância e adolescência e, por outro lado, os homens estão mais envolvidos em temas relacionados ao controle do Estado e de seus recursos e à distribuição dos postos de exercício do poder, tais como: política econômica e tributária. Ademais, de acordo os autores, a análise dos dados indica que “há uma associação entre os temas considerados mais ‘masculinos’ e as posições de maior prestígio e influência no campo político” (MIGUEL E FEITOSA, 2009). À medida que o capital político cresce, o parlamentar tende a dedicar-se mais a temáticas envolvidas com o exercício do poder de Estado e a gestão da economia. Nesse sentido, a deputada ao acumular capital político aproximar-se-ia do padrão “masculino” de escolha temática. A partir desses achados, os autores concluem que a promoção da ampliação da presença feminina na política – por meio da política de cotas ou de outras políticas afirmativas – justificada pelo aporte diferenciado que as mulheres trazem ao campo político não é válida. Por outro lado, o que sustenta a adoção de políticas afirmativas é o reconhecimento da desigualdade social (e de capital social) entre homens e mulheres e, como consequência, a insignificante presença feminina nos altos cargos políticos.

Seguindo a mesma ideia central, porém agora analisando as propostas de emendas constitucionais e os projetos de lei complementar, Neiva e Ogando (2012)

também procuram identificar se as deputadas tendem a se dedicar a tópicos que são diferentes daqueles que os deputados priorizam. A hipótese levantada pelos autores é de que as deputadas dedicam-se mais a temas como educação, saúde, meio-ambiente, questões das minorias, família, criança, idosos e questões que as afetam diretamente – chamados de assuntos do “domínio feminino” – e menos a temas como relações exteriores e políticas de defesa, economia, finanças, desenvolvimento e infra-estrutura – assuntos do “domínio masculino”.

De acordo com Neiva e Ogando (2012), há uma literatura que declara que homens e mulheres são diferentes na maneira como eles relacionam-se com o mundo e, por conseguinte, no modo de se fazer política. As mulheres exibiriam preferência pela esfera doméstica e não teriam grande interesse em política ou em assuntos concernentes à esfera pública. Ao entrar para a política, a mulher traria um aporte diferenciado ao fazer uma “política do cuidado” em oposição à “política egoísta” que caracteriza o mundo político masculino. Nesse sentido, a diferença entre os gêneros poderia ser vista não só nos interesses dos legisladores como também nos comportamentos. Na ocupação de posições nos ministérios, os homens estariam sobre-representados em ministérios relacionados ao domínio público, tais como economia e agricultura. E as mulheres, por sua vez, em ministérios como educação, saúde e bem-estar social. No entanto, Neiva e Ogando (2012) enfatizam que não há um consenso dentre os estudos legislativos de que existam grandes diferenças entre os gêneros quanto às preferências temáticas. Assim como Miguel e Feitosa (2009), Neiva e Ogando (2012) vêem no relacionamento direto entre gênero feminino e “política de cuidado” algo não-natural ou automático, além disso, alertam sobre a existência de um monopólio masculino em áreas políticas privilegiadas.

A fim de pôr em cheque a tese de que as deputadas teriam um interesse natural, quase instintivo, por temáticas sociais, Neiva e Ogando (2012) vão aos dados e examinam propostas de emendas constitucionais e projetos de lei complementar que contabilizam 163 peças legislativas votadas na Câmara dos Deputados, cobrindo o período de 1991 a 2008. As peças legislativas foram divididas entre low politics – questões de menor prestígio na agenda política – em oposição à high politics. A hipótese dos autores é de que as deputadas dedicar-se-iam mais a low politics e os deputados a high politics. Os resultados apresentados são de que as deputadas estão em maior parte nos comitês relacionados ao que foi denominado como low politics. Ao se analisar a posição contrária ou a favor de questões que afetam diretamente às mulheres,

a variável de maior relevância encontrada foi o partido do legislador. A conclusão central do estudo é de que o gênero do parlamentar não é um fator primordial que determinará se mais questões que afetam diretamente às mulheres serão propostas. Desse modo, o partido do parlamentar foi a variável mais significativa para explicar o comportamento do legislador.

Outro estudo que também analisa o perfil do trabalho das deputadas na Câmara dos Deputados brasileira é apresentado por Pinheiro (2007). Analisaram-se as proposições legislativas e a distribuição de mulheres pelas comissões permanentes ao longo do período de 1987 a 2002. Novamente, a hipótese colocada em cheque é de que a atuação das deputadas no Parlamento está associada à área social que abarca questões de saúde, educação e cultura, meio ambiente, violência sexual e doméstica, assistência social e atuação para grupos específicos e para as mulheres. São áreas que “relacionam-se aos cuidados e, portanto, traduzem-se em uma atuação que remete aos papéis de gênero e às atividades tradicionalmente exercidas pelas mulheres” (PINHEIRO, 2007). Os resultados da pesquisa apontam que apesar de bem eclética a atuação das deputadas há predominância de proposições para temas sociais. Após analisar discursos das deputadas e também os dados, um forte argumento levantado pela autora é de que ser mulher não é a condição necessária para sejam defendidos os temas de interesse feminino, mais importante do que o gênero do parlamentar é o interesse e a identificação do deputado ou da deputada pelas questões femininas. Nesse ponto, destaca-se a ideologia partidária com a qual o parlamentar está envolvido. Mais uma vez, como assinalado pela literatura que estuda o comportamento legislativo (acima discutido com Ricci, Figueiredo e Limongi e Amorim Neto e Santos) e a literatura que estuda em específico o comportamento das deputadas (Neiva e Ogando), a importância do papel dos partidos políticos e da ideologia partidária em influenciar o comportamento do parlamentar.

Ademais, a autora também contribui ao mostrar que há importantes diferenças entre as parlamentares, de tal modo que se torna inviável tomar as deputadas como um grupo homogêneo com os mesmos interesses. O estudo também assinala que a persistente ausência feminina nas altas esferas de poder deve-se tanto à socialização diferenciada de gênero, quanto às dificuldades encontradas pelas mulheres dentro das agremiações partidárias, nesse sentido, descarta-se a hipótese de que existiria uma apatia das mulheres pela prática política. Pinheiro (2007) finaliza dizendo ser possível perceber novas posturas no cenário político – um ligeiro crescimento da produção das

deputadas em questões associadas ao domínio masculino –, esses dados indicam, segundo a autora, que estaria em processo uma lenta alteração das estruturas de poder no Parlamento brasileiro. Nesse sentido, as deputadas não se limitariam mais em trabalhar naquelas questões tradicionalmente vistas como “femininas”, portanto, um “novo ethos feminino” de se fazer política estaria em construção.

Mulheres nos Legislativos

Em estudo clássico, Norris e Lovenduski (1989) buscam compreender até que ponto as candidatas mulheres podem transformar a agenda política. Para isso analisaram dados de um survey de quase seiscentos candidatos e candidatas ao Parlamento Britânico nas eleições gerais de 1987. Os resultados indicam que há diferenças de gênero nas prioridades dos candidatos, porém são diferenças pequenas. Além disso, os resultados dão suporte à tese de que uma maior presença de mulheres no Parlamento poderia mudar a agenda política. As candidatas tenderam a ser mais simpáticas do que os candidatos para as preocupações liberais dentro dos seus partidos. Assim, se tais atitudes podem influenciar o comportamento legislativo, também é possível influenciar na direção das políticas públicas.

Swers (2002) analisa a diferença que as mulheres fazem na política. A autora avalia o papel do gênero na decisão do parlamentar de promover projetos de lei que afetam diretamente às mulheres. O trabalho analisa os dados da 103^a e 104^a Legislatura norte-americana a partir de uma classificação que define se o parlamentar propôs projeto de lei direcionado para as mulheres. Os resultados encontrados foram de que a variável gênero tem um impacto altamente significativo na decisão do parlamentar para promover projetos de lei sobre questões de mulheres. Deputadas exibem maior interesse em defender e propôr legislação direcionada às mulheres do que seus colegas homens. A autora ainda ressalta que as congressistas, assim como todos os legisladores, ajustam e redefinem seus objetivos de política de acordo com o contexto institucional e político.

Schwindt-Bayer (2006) analisa dados de uma pesquisa com legisladores da Argentina, Colômbia e Costa Rica, com a finalidade de compreender os efeitos do gênero do parlamentar na priorização de certas temáticas na formulação de projetos de lei. A tese da autora é de que as deputadas não veem mais os seus papéis políticos como extensão dos seus papéis de mães. Schwindt-Bayer usa o conceito de supermães para

se referir ao comportamento da legisladora direcionado para promoção de questões tradicionalmente ditas como de domínio feminino pela divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, a autora assume que o interesse das deputadas irá coincidir com o dos deputados em algumas áreas, a exceção dar-se-ia em questões envolvendo igualdade de gênero, questões familiares e infantis. Os resultados obtidos assinalam que as deputadas priorizam legislação relacionada às áreas de igualdade entre gêneros e questões infantis e familiares mais do que seus colegas homens. No entanto, a autora ressalta que não há evidências que corroborem a hipótese de que há preferências ligadas a gênero. Na verdade, segundo Schwindt-Bayer, a Casa legislativa é um ambiente pouco amigável aos recém-chegados na política, como é o caso da mulher, e também é um ambiente conservador quanto aos papéis de gênero. Em outro trabalho, Schwindt-Bayer (2010) assinala que o fenômeno da marginalização da legisladora em comissões ou em “projetos de âmbito feminino” pode ser comprovado a partir da disparidade que há entre a preferência informada pela legisladora em surveys e o seu comportamento por meio da promoção de projetos de lei; a parlamentar informa interesse em determinado tema, no entanto, seus projetos de lei são destinados a outras. A autora, por fim, joga luz para o fato de que a representação descritiva de mulheres no Legislativo causa um impacto positivo sobre o processo de policymaking, principalmente, na promoção de projetos de lei que priorizam questões que afetam a mulher.

Thomas e Welch (1991) também procuram verificar se há diferenças significativas entre deputados e deputadas norte-americanos na formulação de leis em seus estados. As autoras testam o impacto da variável gênero sobre as atividades e as prioridades dos legisladores. Os resultados reportam que homens e mulheres são muito similares em suas atividades legislativas, assim, ressalta-se o fato de que as mulheres tem conquistado paridade dentro da estrutura legislativa. Porém, quanto às prioridades, as deputadas parecem dar maior foco para legislação concernente à mulher, criança e família do que os seus colegas deputados.

Htun, Lacalle e Micozzi (2013) investigam como o crescimento da presença de mulheres no Parlamento afeta o comportamento legislativo com relação aos direitos da mulher. Em outras palavras, os autores analisam a relação que há entre presença de mulheres no Congresso e a introdução e aprovação de projetos de lei relacionados aos direitos da mulher. A pesquisa utilizou um banco de dados composto por todos os projetos de lei submetidos ao Congresso argentino entre 1983 e 2007. Essa ampla base de dados permitiu aos autores fazerem comparações de três períodos em que houve

variações no nível de presença de mulheres em ambas as Casas legislativas: o primeiro, sem a política de cotas; o segundo, com a política de cotas implementada apenas em uma Casa; e o terceiro, com a implementação completa das cotas em ambas as Casas legislativas. Os resultados obtidos informam que mais projetos de lei sobre direitos da mulher foram introduzidos quando mais mulheres estavam entrando para a política, isto é, com o passar do tempo houve aumento do número de deputadas e, em consequência disso, houve aumento no número desses projetos de lei direcionados ao gênero. Entretanto, os níveis de aprovação desses projetos de lei declinaram ao longo do tempo. Htun, Lacalle e Micozzi (2013) concluem que, a despeito da maior presença feminina nas duas Casas legislativas argentinas, o fenômeno de marginalização das mulheres no Parlamento explica a queda dos níveis de aprovação dos projetos de lei direcionados às mulheres.

A partir das leituras acima é possível dizer que não há um consenso na literatura de que as deputadas direcionam seus trabalhos para áreas temáticas completamente diferentes daquelas privilegiadas pelos deputados. Alguns autores afirmam que as mulheres se concentram mais na área social, entretanto, outros apontam para o fato de que as deputadas, na verdade, seriam alocadas para o social à revelia de seus interesses dado a sua natural sensibilidade para “cuidar dos outros”. Além disso, a literatura brasileira que estuda o comportamento legislativo aponta para as restrições que recaem sobre o parlamentar, tais como as restrições institucionais que limitam a ação individual do deputado e privilegiam as ações coletivas e coordenadas dentro do Congresso brasileiro. Nesse contexto, a literatura indica que o partido político tem o papel central de articular os interesses individuais dos parlamentares e também de influenciar o comportamento do legislador. No entanto, os estudos também ressaltam que a formulação de emendas ao orçamento é um meio relevante do parlamentar informar as suas preferências. São essas indagações sobre como se dá o trabalho da deputada no Parlamento que orientarão este projeto de pesquisa.

Objetivos

Nossa hipótese central é de que não há diferenças significativas entre o que produz as deputadas e o que produz os deputados. Colocamos em cheque a questão que é apresentada em alguns trabalhos científicos de que as mulheres interessam-se mais

para a área social, enquanto os deputados para a área econômica e envolvendo os poderes de Estado.

Analisaremos as emendas orçamentárias a partir da comparação do gênero dos parlamentares proponentes observando os efeitos das variáveis: partido político, reeleição, escolaridade e profissão.

Hipótese I. Identidade partidária

Testaremos a hipótese de que não há diferença significativa entre a produção legislativa de deputadas e deputados de um mesmo partido.

Hipótese II. Reeleição

Conforme o parlamentar possui mais experiência legislativa, mais confiante ele sentir-se-ia para apresentar emendas para ministérios ou áreas temáticas de maior prestígio, tais como: economia, poderes e gestão do Estado. Nesse sentido, entre os reeleitos a distribuição das emendas das deputadas por área temática será semelhante à distribuição das emendas dos deputados.

Hipótese III. Pós-graduação

Sabe-se que as mulheres ao entrarem no meio político possuem, em grande maioria, escolaridade mais avançada do que a média educacional dos parlamentares. De um modo geral, estudos já constataram que as mulheres que entram para a vida política possuem, em grande maioria, uma formação educacional mais avançada do que dos seus pares homens. Uma das explicações é que a mulher ao entrar para um ambiente socialmente “masculino” teria de mostrar que está muito bem preparada e, desse modo, a escolaridade avançada é uma espécie de pré-requisito. Assim, a hipótese a ser estudada é de que, na medida em que a deputada possui maior escolaridade, a sua produção legislativa aproximar-se-á mais da produção do deputado. A parlamentar sentir-se-ia mais confiante para sair daquelas áreas temáticas que são tidas socialmente como “femininas” e produzir emendas para áreas tidas como “masculina” que carregam maior prestígio.

Hipótese IV. Área profissional

A última hipótese a ser estudada é de que exista uma associação entre a área profissional e os tipos temáticos de emenda orçamentária. Nossa suposição é de que um profissional da área de educação, por exemplo, encaminhará emendas mais para essa área temática do que para qualquer outra.

Metodologia

Elaboramos neste trabalho uma análise comparativa entre a 52ª Legislatura (orçamentos dos anos 2004 a 2007) e a 53ª Legislatura (orçamentos dos anos 2008 a 2011)². Dos bancos de dados extraídos do portal da Câmara dos Deputados, as emendas orçamentárias vieram classificadas em 30 áreas temáticas. A fim de se fazer uma análise mais acurada e eficiente, as emendas foram novamente classificadas, mas agora em 11 categorias.

Examinaremos os dados da 52ª e da 53ª Legislatura com relação à análise das variáveis: identidade partidária e reeleição. Para a análise das variáveis escolaridade (pós-graduação) e profissão somente analisaremos os dados da 53ª Legislatura³. As informações sobre reeleição, escolaridade e profissão foram coletadas no site da Câmara dos Deputados.

Além do exame dos dados, entrevistamos três parlamentares: deputada Telma de Souza (PT-SP, atualmente deputada estadual e três vezes deputada federal), deputada Mara Gabrielli (deputada federal pelo PSDB-SP) e deputado Arnaldo Faria de Sá (deputado federal pelo PTB-SP). Utilizamos as entrevistas como ferramenta auxiliadora junto com as leituras bibliográficas na análise dos resultados obtidos junto aos dados.

² O universo da 52ª Legislatura é composto por 21036 emendas orçamentárias apresentadas por 636 deputados e suplentes; dos quais 584 eram deputados e 52 deputadas (8,17%). Já o universo da 53ª Legislatura é composto por 31616 enviadas por 639 deputados e suplentes; dentre os quais 586 eram deputados e 53 deputadas (8,13%).

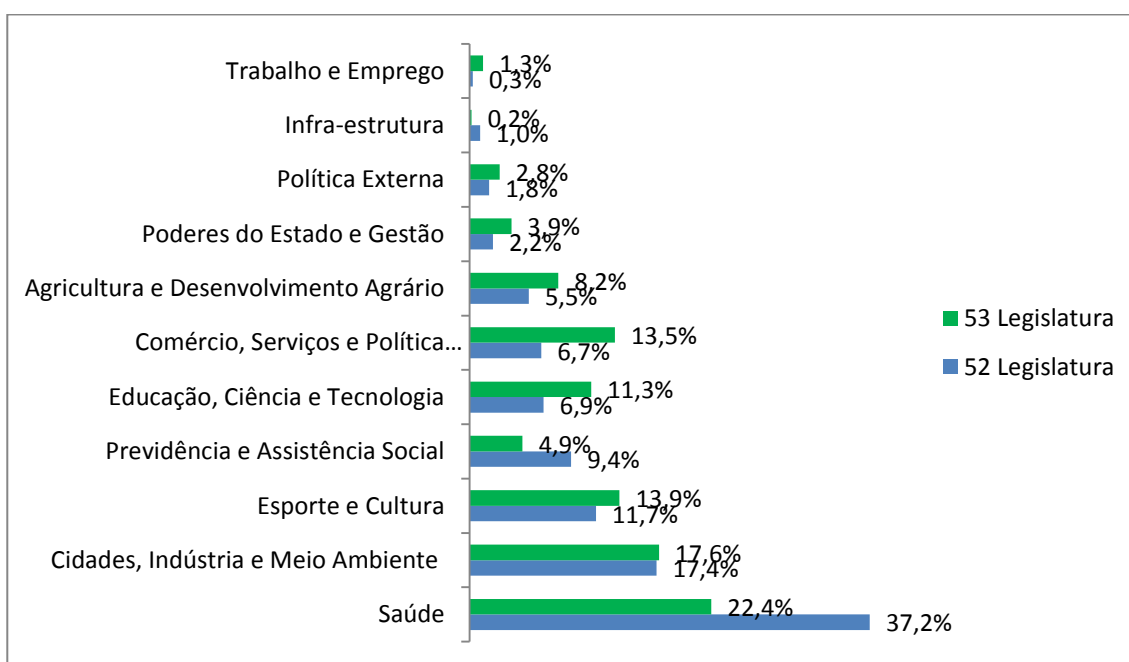
³ Ainda não temos consolidados esses dados para a análise da 53ª Legislatura.

Analizando os dados

Ao longo das legislaturas a proporção de emendas introduzidas pelos deputados e pelas deputadas é percentualmente semelhante: na primeira legislatura, 10,23% apresentadas pelas deputadas e 89,77% pelos deputados e, na segunda legislatura, 9,62% pelas deputadas e 90,38% pelos deputados.

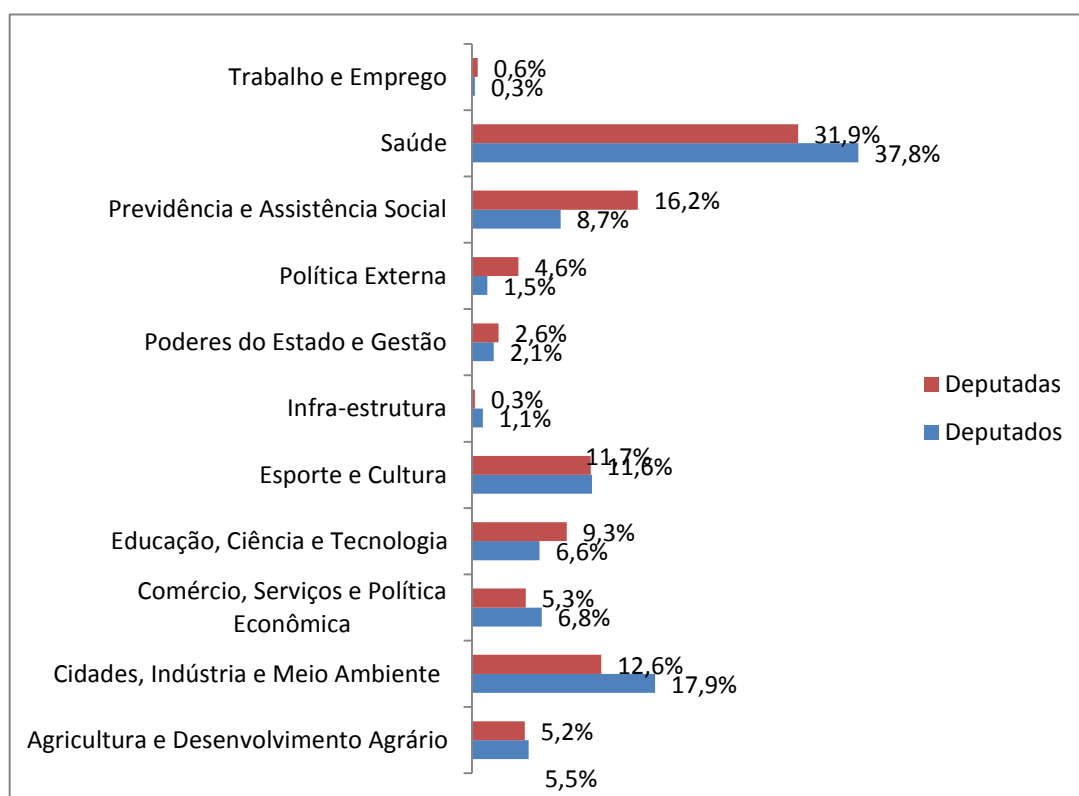
Quanto à distribuição das emendas entre as onze áreas temáticas, podemos observar que de uma legislatura para outra, há variações relevantes. Da 52ª para 53ª Legislatura, as áreas temáticas em que é possível observar variações mais expressivas foram: Infraestrutura; Trabalho e Emprego; Comércio Serviços e Política Econômica. Apesar dessas variações, podemos observar que as áreas temáticas que receberam a maior quantidade de emendas parlamentares são: Saúde; Cidades, Indústria e Meio Ambiente; Esporte e Cultura.

Emendas Apresentadas – 52ª e 53ª Legislatura



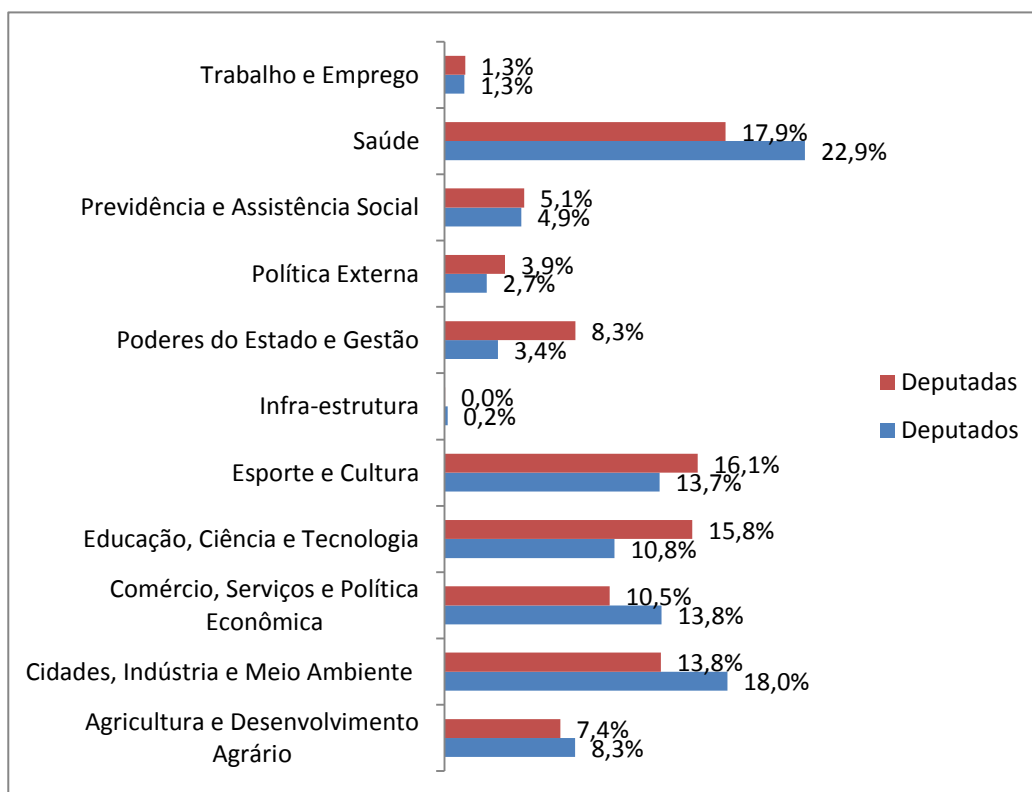
Ao analisarmos a distribuição das emendas da 52ª Legislatura (gráfico a seguir), pode-se observar que há áreas com maior disparidade entre a produção das congressistas e dos congressistas. Os deputados enviaram mais emendas orçamentárias do que as deputadas para as áreas de Infraestrutura; Cidades, Indústria e Meio Ambiente. Por outro lado, elas apresentaram mais emendas do que os deputados para as áreas de Política Externa; Trabalho e Emprego; Previdência e Assistência Social.

Emendas Apresentadas - 52ª Legislatura



Por outro lado, na 53ª legislatura (gráfico a seguir), as áreas temáticas que tiveram maior disparidade entre a produção das parlamentares e dos parlamentares foram outras. Os deputados introduziram proporcionalmente mais emendas do que as deputadas para as áreas de Infraestrutura; Cidades, Indústria e Meio Ambiente; Saúde. As deputadas priorizaram mais do que os deputados as áreas de Política Externa; Poderes do Estado e Gestão; Educação, Ciência e Tecnologia.

Emendas Apresentadas - 53ª Legislatura



A partir da análise comparativa das duas legislaturas, é possível afirmar que, de um modo geral, os deputados destinaram mais emendas do que as deputadas para as áreas de Infraestrutura; Cidades, Indústria e Meio Ambiente; Saúde. Enquanto que as deputadas priorizaram mais do que eles as áreas de Política Externa; Poderes do Estado e Gestão; Educação, Ciência e Tecnologia.

Na 52ª Legislatura, os deputados federais que apresentaram emendas eram de 24 partidos políticos diferentes e, na 53ª Legislatura, eram de 20 partidos. Há uma significativa variabilidade dos partidos políticos que estão presentes nessas duas legislaturas, nesse sentido, classificá-los a partir das ideologias partidárias seria um exercício de grande dificuldade. Por isso, este trabalho optou por priorizar a análise das emendas parlamentares a partir dos partidos políticos com maior representação nas duas legislaturas analisadas, a saber: PT, PMDB, PFL/DEM e PSDB.

I) Partidos Políticos

Para testar se as diferenças que observamos são realmente significativas entre o que introduziram as deputadas e os deputados, serão feitos testes de hipótese para testar a hipótese nula (Ho: Não há diferenças significativas entre a produção legislativa dos deputados e das deputadas). A seguir, apresentamos o teste t de Student com um intervalo de confiança de 90% ⁴.

<u>Resultados de Teste T para a Diferença entre Duas Proporções (52ª Legislatura)</u>				
Agricultura e Desenvolvimento Agrário				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	-0,0136	0,047191027	-0,074391027	NÃO REJEITAR
PMDB	-0,017	0,130960907	-0,164960907	NÃO REJEITAR
PFL	0,0025	0,130638773	-0,125638773	NÃO REJEITAR
PSDB	-0,0098	0,07937096	-0,09897096	NÃO REJEITAR
Cidades, Indústria e Meio Ambiente				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	-0,035	0,023958441	-0,093958441	NÃO REJEITAR
PMDB	-0,0646	0,075509706	-0,204709706	NÃO REJEITAR
PFL	-0,0955	0,02704252	-0,21804252	NÃO REJEITAR
PSDB	-0,0398	0,043897098	-0,123497098	NÃO REJEITAR
Comércio, Serviços e Política Econômica				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	0,0011	0,063539278	-0,061339278	NÃO REJEITAR

⁴ Em algumas áreas, observou-se uma quantidade pequena e insuficiente de casos, os quais foram excluídos da análise.

PMDB	-0,0519	0,095210206	-0,199010206	NÃO REJEITAR
PFL	0,0258	0,150026921	-0,098426921	NÃO REJEITAR
PSDB	-0,0384	0,049733054	-0,126533054	NÃO REJEITAR
Educação, Ciência e Tecnologia				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	0,0236	0,083083631	-0,035883631	NÃO REJEITAR
PMDB	-0,396	-0,242641889	-0,549358111	NÃO REJEITAR
PFL	0,0246	0,149624926	-0,100424926	NÃO REJEITAR
PSDB	-0,0377	0,051678429	-0,127078429	NÃO REJEITAR
Esporte e Cultura				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	0,003	0,0618919	-0,0558919	NÃO REJEITAR
PMDB	0,0271	0,166875913	-0,112675913	NÃO REJEITAR
PFL	0,0378	0,159158478	-0,083558478	NÃO REJEITAR
PSDB	-0,0488	0,03896814	-0,13656814	NÃO REJEITAR
Infraestrutura				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	-0,0032	0,060154188	-0,066554188	NÃO REJEITAR
PMDB	-0,0135	0,136538413	-0,163538413	NÃO REJEITAR
PSDB	-0,0019	0,088420311	-0,092220311	NÃO REJEITAR
Poderes do Estado e Gestão				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	0,0126	0,074944963	-0,049744963	NÃO REJEITAR
PMDB	0,0078	0,156376367	-0,140776367	NÃO REJEITAR
PSDB	-0,0212	0,068619912	-0,111019912	NÃO REJEITAR
Política Externa				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	-0,0111	0,052286825	-0,074486825	NÃO REJEITAR
PMDB	-0,008	0,142052634	-0,158052634	NÃO REJEITAR
Previdência e Assistência Social				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	-0,0072	0,05280839	-0,06720839	NÃO REJEITAR
PMDB	-0,0519	0,095210206	-0,199010206	NÃO REJEITAR
PFL	0,0546	0,180574798	-0,071374798	NÃO REJEITAR
PSDB	0,4392	0,506295701	0,372104299	REJEITAR
Saúde				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	0,0234	0,075604801	-0,028804801	NÃO REJEITAR
PMDB	0,105	0,215971419	-0,005971419	NÃO REJEITAR
PFL	0,0003	0,099794202	-0,099194202	NÃO REJEITAR
PSDB	-0,2328	-0,153818859	-0,311781141	REJEITAR
Trabalho e Emprego				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	0,0068	0,069883817	-0,056283817	NÃO REJEITAR

Com os testes de t de Student para análise da 52ª Legislatura, encontramos que há diferenças significativas entre a produção legislativa das deputadas e dos deputados apenas com relação às emendas enviadas pelos parlamentares do PSDB na temática de Previdência e Assistência Social; e na temática de Saúde. No restante dos casos, não é possível rejeitar a hipótese nula de que não há diferenças significativas entre a produção legislativa dos deputados e das deputadas.

Resultados de Teste T para a Diferença entre Duas Proporções (53ª Legislatura)				
Agricultura e Desenvolvimento Agrário				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	-0,0113	0,05484467	-0,07744467	NÃO REJEITAR
PMDB	0,0001	0,081741869	-0,081541869	NÃO REJEITAR
PFL	-0,0603	0,113803248	-0,234403248	NÃO REJEITAR
PSDB	-0,0359	0,068056473	-0,139856473	NÃO REJEITAR
Cidades, Indústria e Meio Ambiente				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	-0,0091	0,055538258	-0,073738258	NÃO REJEITAR
PMDB	-0,067	0,011282164	-0,145282164	NÃO REJEITAR
PFL	0,0795	0,230235408	-0,071235408	NÃO REJEITAR
PSDB	-0,0177	0,077922181	-0,113322181	NÃO REJEITAR
Comércio, Serviços e Política Econômica				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	-0,0525	0,014410305	-0,119410305	NÃO REJEITAR
PMDB	-0,0167	0,061891966	-0,095291966	NÃO REJEITAR
PFL	-0,006	0,157793573	-0,169793573	NÃO REJEITAR
PSDB	-0,004	0,095715789	-0,103715789	NÃO REJEITAR
Educação, Ciência e Tecnologia				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	0,0007	0,064910964	-0,063510964	NÃO REJEITAR
PMDB	0,0305	0,11048205	-0,04948205	NÃO REJEITAR
PFL	0,0368	0,199662741	-0,126062741	NÃO REJEITAR
PSDB	0,1108	0,205514731	0,016085269	REJEITAR
Esporte e Cultura				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	-0,0214	0,042183889	-0,084983889	NÃO REJEITAR
PMDB	0,0093	0,088653874	-0,070053874	NÃO REJEITAR
PFL	0,0288	0,192679178	-0,135079178	NÃO REJEITAR
PSDB	0,0225	0,120522436	-0,075522436	NÃO REJEITAR
Infraestrutura				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	-0,0009	0,068780751	-0,070580751	NÃO REJEITAR
Poderes do Estado e Gestão				

	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	0,1158	0,179318101	0,052281899	REJEITAR
PMDB	0,0331	0,115539984	-0,049339984	NÃO REJEITAR
PSDB	-0,0105	0,094458917	-0,115458917	NÃO REJEITAR
Política Externa				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	-0,0086	0,060391783	-0,077591783	NÃO REJEITAR
PMDB	-0,0123	0,071724433	-0,096324433	NÃO REJEITAR
Previdência e Assistência Social				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	0,0187	0,085712157	-0,048312157	NÃO REJEITAR
PMDB	-0,0026	0,080754708	-0,085954708	NÃO REJEITAR
PFL	0,0207	0,190816054	-0,149416054	NÃO REJEITAR
PSDB	0,0259	0,127436744	-0,075636744	NÃO REJEITAR
Saúde				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	-0,04	0,024806534	-0,104806534	NÃO REJEITAR
PMDB	0,0177	0,091363841	-0,055963841	NÃO REJEITAR
PFL	-0,0394	0,115574413	-0,194374413	NÃO REJEITAR
PSDB	-0,0682	0,025608394	-0,162008394	NÃO REJEITAR
Trabalho e Emprego				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
PT	0,2506	0,428522522	0,072677478	REJEITAR
PMDB	0,0091	0,09332011	-0,07512011	NÃO REJEITAR
PSDB	0,0009	0,106334699	-0,104534699	NÃO REJEITAR

Com os testes de t de Student para análise da 53ª Legislatura, encontramos que existem diferenças significativas entre a produção legislativa das deputadas e dos deputados apenas com relação às emendas enviadas pelos parlamentares do PT na área de Trabalho e Emprego; e na área de Poderes do Estado e Gestão. Também foi possível rejeitar a hipótese nula com relação às emendas introduzidas pelos parlamentares do PSDB em Educação, Ciência e Tecnologia. No que diz respeito aos outros casos, é possível dizer que não há diferenças estatisticamente significativas entre a produção legislativa dos deputados e das deputadas.

Em resumo, podemos dizer que, de um modo geral, entre parlamentares de um mesmo partido não há diferenças significativas ao longo dos temas, com exceção dos alguns poucos casos.

II) *Reeleição*

Nossa próxima análise terá como foco verificar se há diferenças significativas entre produção legislativa das deputadas que se reelegeram com relação à produção legislativa dos deputados que se reelegeram. Estamos considerando reeleição como sendo a vitória consecutiva do pleito eleitoral, desse modo, para a 52ª Legislatura reeleição é a vitória nas eleições de 1998 e de 2002; e para a 53ª Legislatura reeleição é a vitória nas eleições de 2002 e de 2006.

Na 52ª Legislatura, observa-se uma diferença significativa entre o que as deputadas e os deputados produziram para a área de Cidades, Indústria e Meio Ambiente (deputados produziram mais). Diferenças significativas também foram encontradas em Saúde (dos não-reeleitos, os deputados introduziram mais que elas) e na produção de emendas para Previdência e Assistência Social (dos não-reeleitos, elas apresentaram mais).

Resultados de Teste T para a Diferença entre Duas Proporções (52ª Legislatura)				
Agricultura e Desenvolvimento Agrário				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	0,01	0,07845468	-0,05845468	NÃO REJEITAR
não reeleitos	-0,01	0,03362452	-0,05362452	NÃO REJEITAR
Cidades, Indústria e Meio Ambiente				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	-0,07	-0,003249771	-0,136750229	REJEITAR
não reeleitos	-0,05	-0,009483154	-0,090516846	REJEITAR
Comércio, Serviços e Política Econômica				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	-0,04	0,032733904	-0,112733904	NÃO REJEITAR
não reeleitos	0	0,043008839	-0,043008839	NÃO REJEITAR
Educação, Ciência e Tecnologia				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	0,04	0,107043899	-0,027043899	NÃO REJEITAR
não reeleitos	0,03	0,072710596	-0,012710596	NÃO REJEITAR
Esporte e Cultura				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	0,02	0,086381713	-0,046381713	NÃO REJEITAR
não reeleitos	-0,01	0,031211386	-0,051211386	NÃO REJEITAR
Infraestrutura				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	-0,01	0,008243848	-0,028243848	NÃO REJEITAR

não reeleitos	-0,01	0,004958497	-0,024958497	NÃO REJEITAR
Poderes do Estado e Gestão				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	0,01	0,077011755	-0,057011755	NÃO REJEITAR
não reeleitos	0	0,040352179	-0,040352179	NÃO REJEITAR
Política Externa				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	0	0,095751161	-0,095751161	NÃO REJEITAR
não reeleitos	0,04	0,083210095	-0,003210095	NÃO REJEITAR
Previdência e Assistência Social				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	0,03	0,098673421	-0,038673421	NÃO REJEITAR
não reeleitos	0,09	0,130199164	0,049800836	REJEITAR
Saúde				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	0,02	0,075128883	-0,035128883	NÃO REJEITAR
não reeleitos	-0,08	-0,043113888	-0,116886112	REJEITAR
Trabalho e Emprego				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
não reeleitos	0,01	0,057105414	-0,037105414	NÃO REJEITAR

Na 53ª Legislatura, houve uma diferença significativa entre o que as deputadas e os deputados produziram com relação à área de Saúde. Tanto entre os reeleitos, quanto entre os não-reeleitos, os deputados introduziram expressivamente mais emendas orçamentárias para essa área do que as deputadas. Diferenças significativas também foram encontradas entre os reeleitos na produção de emendas para a área de Cidades, Indústria e Meio Ambiente (os deputados introduziram mais), na produção de emendas para Educação, Ciência e Tecnologia (as deputadas reeleitas enviaram mais) e na produção de emendas para Poderes do Estado e Gestão (as deputadas não reeleitas apresentaram expressivamente mais nesta área do que os deputados).

Resultados de Teste T para a Diferença entre Duas Proporções (53ª Legislatura)				
Agricultura e Desenvolvimento Agrário				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	0,012888011	0,062279952	-0,036503929	NÃO REJEITAR
não reeleitos	-0,02	0,018099959	-0,058099959	NÃO REJEITAR
Cidades, Indústria e Meio Ambiente				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão

Reeleitos	-0,07	-0,021707366	-0,118292634	REJEITAR
não reeleitos	-0,03	0,006156781	-0,066156781	NÃO REJEITAR
Comércio, Serviços e Política Econômica				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	-0,05	0,000407576	-0,100407576	NÃO REJEITAR
não reeleitos	-0,02	0,017594193	-0,057594193	NÃO REJEITAR
Educação, Ciência e Tecnologia				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	0,09	0,136646988	0,043353012	REJEITAR
não reeleitos	0,02	0,056312344	-0,016312344	NÃO REJEITAR
Esporte e Cultura				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	0,02	0,067559388	-0,027559388	NÃO REJEITAR
não reeleitos	0,03	0,066326153	-0,006326153	NÃO REJEITAR
Poderes do Estado e Gestão				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	0,04	0,089043179	-0,009043179	NÃO REJEITAR
não reeleitos	0,05	0,087151929	0,012848071	REJEITAR
Política Externa				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	0,01	0,059554744	-0,039554744	NÃO REJEITAR
não reeleitos	0,01	0,04781869	-0,02781869	NÃO REJEITAR
Previdência e Assistência Social				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	0,01	0,059508913	-0,039508913	NÃO REJEITAR
não reeleitos	-0,01	0,026950171	-0,046950171	NÃO REJEITAR
Saúde				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	-0,08	-0,032242331	-0,127757669	REJEITAR
não reeleitos	-0,04	-0,005017073	-0,074982927	REJEITAR
Trabalho e Emprego				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
Reeleitos	0,01	0,061940425	-0,041940425	NÃO REJEITAR
não reeleitos	0	0,039032878	-0,039032878	NÃO REJEITAR

De acordo com os testes, a hipótese nula de que as deputadas reeleitas sentir-se-iam mais à vontade para emendar em áreas temáticas ditas “masculinas” poderia ser aceita, porém, os testes nos mostram também que não há diferenças significativas entre deputados e deputadas não-reeleitos nessas áreas. É relevante ressaltar que, de um modo

geral, não existem diferenças significativas entre o que envia a deputada e o deputado quando agrupados entre reeleitos e entre não-reeleitos.

III) Escolaridade

A distribuição dos parlamentares de acordo com a escolaridade mostra-nos que a grande maioria (90%) possui ensino superior completo ou incompleto. É interessante notar que uma expressiva parcela dos parlamentares completou o ensino superior (81%). Desses 515 deputados com ensino superior completo, 191 têm pós-graduação⁵ (37,08%). Analisaremos a seguir os parlamentares que cursaram pós-graduação em comparação com aqueles que têm ensino superior, porém não têm pós.

Resultados de Teste T para a Diferença entre Duas Proporções				
Agricultura e Desenvolvimento Agrário				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
com pós	-0,03169324	0,0255055	-0,088891979	NÃO REJEITAR
sem pós	-0,008249081	0,036469199	-0,052967361	NÃO REJEITAR
Cidades, Indústria e Meio Ambiente				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
com pós	-0,076076728	-0,020998863	-0,131154593	REJEITAR
sem pós	-0,04540195	-0,002248713	-0,088555187	REJEITAR
Comércio, Serviços e Política Econômica				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
com pós	0,008819552	0,06346376	-0,045824657	NÃO REJEITAR
sem pós	-0,037523799	0,006558908	-0,081606505	NÃO REJEITAR
Educação, Ciência e Tecnologia				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
com pós	0,07546717	0,128461837	0,022472502	REJEITAR
sem pós	0,049582294	0,092405781	0,006758807	REJEITAR
Esporte e Cultura				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
com pós	-0,011804484	0,043115036	-0,066724004	NÃO REJEITAR
sem pós	0,04428834	0,086368809	0,002207871	REJEITAR

⁵ Por pós-graduação consideramos os cursos *lato sensu* e *stricto sensu*.

Infraestrutura				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
com pós	-0,001001962	0,057593669	-0,059597593	NÃO REJEITAR
Poderes do Estado e Gestão				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
com pós	0,099481875	0,154367809	0,044595941	REJEITAR
sem pós	0,038254169	0,08321177	-0,006703432	NÃO REJEITAR
Política Externa				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
com pós	-0,018029602	0,040248261	-0,076307464	NÃO REJEITAR
sem pós	0,006163012	0,051931673	-0,039605649	NÃO REJEITAR
Previdência e Assistência Social				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
com pós	0,018532488	0,07533083	-0,038265855	NÃO REJEITAR
sem pós	-0,007988938	0,0374889	-0,053466776	NÃO REJEITAR
Saúde				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
com pós	-0,066388556	-0,013367455	-0,119409656	REJEITAR
sem pós	-0,036792608	0,00504969	-0,078634905	NÃO REJEITAR
Trabalho e Emprego				
	Diferenças	Intervalo de Confiança		Conclusão
com pós	0,002693487	0,060850663	-0,055463689	NÃO REJEITAR
sem pós	-0,000238806	0,046052925	-0,046530538	NÃO REJEITAR

De acordo com a nossa hipótese, esperávamos encontrar diferenças relevantes entre homens e mulheres sem pós-graduação nas áreas de maior prestígio (ditas “masculinas”, como economia, agricultura, poderes do Estado), ao mesmo tempo, esperávamos encontrar diferenças significativas entre deputadas e deputados nas áreas sociais. A partir da análise dos testes, não foi possível confirmar a hipótese testada.

IV) *Área profissional*

Nossa indagação é sobre a relação que possa existir entre área profissional e o tipo temático de emenda orçamentária. A variável área profissional foi classificada de

acordo com a classificação das emendas orçamentárias, portanto, ambas variáveis têm as mesmas categorias.

Área Profissional da deputada e Área Temática das Emendas

	% deputadas	% de emendas enviadas pelas deputadas da área correspondente
Agricultura e Desenvolvimento Agrário	2,13%	13,95%
Cidades, Indústria e Meio Ambiente	2,13%	5,26%
Comércio, Serviços e Política Econômica	14,89%	12,33%
Educação, Ciência e Tecnologia	34,04%	16,08%
Esporte e Cultura	0,00%	0,00%
Infra-estrutura	6,38%	0,00%
Poderes do Estado e Gestão	23,40%	7,74%
Política Externa	2,13%	3,51%
Previdência e Assistência Social	4,26%	10,98%
Saúde	10,64%	42,86%
Trabalho e Emprego	0,00%	0,00%

Área Profissional do deputado e Área Temática das Emendas

	% deputados	% de emendas enviadas pelos deputados da área correspondente
Agricultura e Desenvolvimento Agrário	10,27%	13,99%
Cidades, Indústria e Meio Ambiente	12,74%	19,46%
Comércio, Serviços e Política Econômica	11,98%	14,57%
Educação, Ciência e Tecnologia	8,56%	13,27%
Esporte e Cultura	0,76%	25,36%
Infra-estrutura	4,75%	0,00%
Poderes do Estado e Gestão	36,69%	3,57%
Política Externa	1,71%	11,13%
Previdência e Assistência Social	0,38%	8,00%
Saúde	11,98%	25,32%
Trabalho e Emprego	0,19%	11,69%

Os resultados parecem nos indicar que não há uma associação clara entre área profissional e área temática das emendas. É válido notar alguns pontos. Das emendas propostas pelas deputadas que eram da área profissional da Saúde, 42,86% foram direcionadas para Saúde. Entre os homens, das emendas enviadas pelos deputados que eram da área de Saúde 25% foram também para Saúde. Das emendas enviadas pelos deputados que eram profissionais de Esporte ou Cultura 25% foram encaminhadas para essa mesma área. Apesar de alguns valores expressivos, na maior parte dos casos, os

parlamentares profissionais de uma determinada área propuseram relativamente poucas emendas orçamentárias para as suas respectivas áreas profissionais.

Conclusão

Analisando os Parlamentos da Argentina, Costa Rica e Colômbia, Schwindt-Bayer (2010) concluiu que a “descriptive representation of women in national legislatures in Latin America does have an impact on policymaking. (...) Women are getting issues onto the legislative agenda that otherwise would not receive the same amount of attention from male legislators.” Tal como Schwindt-Bayer, ao longo deste trabalho, buscou-se analisar se as mulheres produzem uma política diferente da política tradicional masculina.

O comportamento do parlamentar na formulação de emendas individuais orçamentárias pode ser explicado a partir de algumas variáveis que poderiam ser divididas em dois grupos. De um lado, temos as variáveis institucionais e partidárias e, do outro, temos as variáveis individuais. No primeiro grupo, temos as restrições das regras constitucionais e legais sob os parlamentares; além disso, o processo decisório interno ao Congresso é caracterizado por uma organização centralizada e coordenada pelos partidos políticos (Figueiredo e Limongi, 2002). Já o segundo grupo está relacionado com “a história, os relacionamentos, a estruturação pessoal e política do parlamentar” que, por sua vez, irão influenciá-lo no momento de formular as emendas orçamentárias, como nos falou em entrevista a Deputada Telma de Souza.

Neste trabalho, exploramos variáveis tanto do primeiro grupo (identidade partidária) quanto do segundo grupo (escolaridade, reeleição e profissão). A primeira variável pode ser identificada nessa fala da dep. Telma de Souza: “A nossa liderança do PT produz um rol de emendas pela visão que o partido tem pelas questões. Daí eu que estou na comissão de saúde, vou escolher emendas de saúde”. O parlamentar ao se identificar com um partido político estaria de acordo com suas propostas. Os resultados que encontramos apontam que nossa hipótese é confirmada na maior parte das áreas temáticas.

A segunda variável analisada é reeleição. Nossa hipótese é de que possuir ou não uma história política traz ao parlamentar a oportunidade de se aventurar em comissões e

áreas temáticas de maior prestígio. Desse modo, esperava-se não encontrar diferenças significativas entre deputado e deputada reeleitos nas áreas ditas “masculinas” em comparação aos não-reeleitos, porém os resultados não confirmaram essa hipótese.

Examinamos também a variável escolaridade. Nossa suposição era de que as diferenças entre homens e mulheres são menores entre aqueles que têm pós-graduação. Esperávamos que quanto mais tempo de estudo tem uma deputada mais ela sentir-se-ia à vontade para enviar emendas para áreas ditas “masculinas” do que se comparada a uma parlamentar sem pós. Novamente, os resultados não confirmam nossa hipótese.

De acordo com a deputada federal Mara Gabrilli (PSDB-SP), a escolha do tipo de emenda depende não só da “formação” do político, diz ela: “Mesmo que ele não tenha uma formação, mas que tenha uma tendência a trabalhar numa certa área”.

Nesse sentido, estudamos também a variável profissão. Nossa hipótese é de que parlamentares enviam mais emendas para as áreas temáticas compatíveis com suas áreas profissionais. De acordo com o deputado Arnaldo Faria de Sá sua área de atuação é previdência social e saúde e tal escolha estaria alinhada com a sua atuação em advocacia previdenciária. Entretanto, nossos resultados mostram que, de um modo geral, deputadas e deputados não encaminham majoritariamente emendas para temáticas relacionadas com a área de atuação profissional.

Em conclusão, podemos dizer que há diferenças entre o trabalho feminino e o masculino na Câmara dos Deputados, porém tais diferenças não são tão fortes ou delimitadas a ponto de podermos concluir que elas ficam com a área social e eles com a econômica. Para além de ser mulher, a “congresswomen, like all legislators, adjust their policy goals to the realities of the political and institutional context” (Swers, 2002).

Referências Bibliográficas

AMORIM NETO, Octavio e SANTOS, Fabiano. (2003), "O Segredo Ineficiente Revisto: O que Propõem e o que Aprovam os Deputados Brasileiros", **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol.46, nº4: p.661-698. Rio de Janeiro.

CAMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. Dados estatísticos das Leis Orçamentárias Anuais. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 16/01/2014.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 232p.

_____. "Incentivos Eleitorais, Partidos Políticos e Política Orçamentária". **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 303-339, 2002.

_____. "Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo". **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, Dec. 2005.

_____. **Política orçamentária no presidencialismo de coalizão**. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 184p.

HTUN, M.; LACALLE, M.; MICOZZI, J. P. Does Women's Presence change Legislative Behavior? Evidence from Argentina, 1983-2007. **Journal of Politics in Latin America**. Hamburg, v. 5, n.1. 2013.

JONES, M. El sistema de cuotas y la elección de las mujeres en América Latina: el papel fundamental del sistema electoral. In: RUIZ, P. S. (Ed.). **La democracia paritaria en la construcción europea**. Madrid: Coordinadora Española del Lobby Europeo de Mujeres, 2000. cap. Impacto de los sistemas electorales en la representación política de las mujeres, p.34 - 47.

MIGUEL, L. F.; FEITOSA, F. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, mar. 2009.

NEIVA, P.; OGANDO, A. C. **Women's Issues in the Brazilian Chamber of Deputies: participation in committees and the voting patterns of legislators**. 5º Congresso de la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Buenos Aires, Argentina 2010.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. Women Candidates for Parliament: Transforming the Agenda? **British Journal of Political Science**, v. 19, n. 1, p. 106 - 115, 1989.

PINHEIRO, L. S. Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. **Série Documentos**, Brasília, 2007.

RICCI, P. O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais? **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, 2003.

SCHWINDT-BAYER, L. A. Still Supermadres? Gender and the Policy Priorities of Latin American Legislators. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 3, p. 570 - 585, 2006.

_____. Making Policy: Bill Sponsorship, Cosponsorship, and Debates. In: (Ed.). **Political Power and Women's Representation in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p.82 - 103.

SWERS, M. Bill sponsorship: placing women's issues on the National Agenda. In: (Ed.). **The difference women make: The Policy Impact of Women in Congress**. Chicago: University of Chicago Press, 2002. p.32 - 56.

THOMAS, S.; WELCH, S. The impact of gender on activities and priorities of state legislators. **The Western Political Quarterly**, v. 44, n. 2, p. 445-456, 1991.